

COMANDO DA 4A BDA DE INFANTARIA MOTORIZADA

Termo de Referência 59/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
59/2026	160111-COMANDO DA 4A BDA DE INFANTARIA MOTORIZADA	BIANCA ARAUJO CARDOSO FREIRE DOS SANTOS	29/04/2026 15:02 (v 0.3)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
IV - concessão e permissão de uso de bens públicos/Concessão de uso de bens públicos		65342003133/2024-98

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 65342003133/2024-98)

TERMO DE REFERÊNCIA

1.1 objeto da presente licitação consiste na escolha da proposta mais vantajosa para a cessão de uso para funcionamento de barbearia nas dependências do 4º Grupo de Artilharia de Campanha Leve de Montanha (4º GAC L Mth) e do 4º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado (4º ESQD), conforme condições e exigências estabelecidas no instrumento e seus anexos.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE	QUANT	VALOR MIN MENSAL	VALOR MIN ANUAL
1	Trata-se da cessão de uso de sala para uso comercial, localizada na benfeitoria codificada como NOCAD MG 04- 0065 (4º Grupo de Artilharia de Campanha Leve de Montanha – 4º GAC L Mth), com área de 19,21 m² (dezenove metros e vinte e um décimos quadrados), situada no interior da referida Organização Militar, destinada à prestação de serviço inerente à atividade de barbearia, com prazo de vigência inicial conforme item 1.4 deste TR .	20648	Mês	12	R\$ 500,62	R\$6.007,44
2	Trata-se da cessão de uso de sala para uso comercial, localizada na benfeitoria codificada como NOCAD MG 04- 0100 (4º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado – 4º ESQD), com área de 8,00 m² (oito metros quadrados), situada no interior da referida Organização Militar, destinada à prestação de serviço inerente à atividade de barbearia, com prazo de vigência inicial conforme item 1.4 deste TR .	20648	Mês	12	R\$ 199,40	R\$2.392,80

1.2. O serviço objeto desta contratação é caracterizado como comum e de natureza continuada, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. A presente vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da data da última assinatura acostada no presente, prorrogável por até 10 anos, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

1.3. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que sua execução não exaure a permanência de sua necessidade.

1.4. O critério de julgamento será o maior desconto, convertido em maior valor ofertado pela utilização do espaço, não podendo ser inferior ao valor mínimo estabelecido neste (TR) cujo detalhamento será melhor explicitado no item 5 "ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO".

1.5. O critério de julgamento será o maior desconto, operacionalizado pela fórmula $TU = (D \times R\$ 1.000,00) \times 100$, para fins de seleção da proposta que ofereça o maior valor mensal pela utilização do espaço (maior preço). O percentual de desconto funciona como um indexador para o valor real em reais (TU), conforme exemplificado na tabela do item 9.8.

1.6. Deverá ser fornecido serviço de Barbearia aos integrantes do 4º Grupo de Artilharia de Campanha Leve de Montanha (4º GAC L Mth) e o 4º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado (4ºESQD)

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objetivo desta licitação é a cessão de uso onerosa de áreas físicas para exploração de serviço de barbearia, destinado ao atendimento dos militares do 4º GAC L Mth e o 4º ESQD.

2.3. A presente licitação justifica-se mediante a necessidade de fornecimento de serviço de barbearia dentro da Organização Militar, tendo em vista que a apresentação pessoal e o corte de cabelo adequados são requisitos indispensáveis para a disciplina, a padronização e a imagem institucional do Exército Brasileiro.

2.4. Para o planejamento da contratação, considerou-se que a maioria dos militares residem em bairros distantes, o que dificulta o deslocamento até barbearias externas em horários compatíveis com a rotina do quartel. A disponibilidade do serviço dentro da unidade otimiza o tempo dos militares, permitindo que mantenham a apresentação exigida sem prejuízo às suas atividades.

2.5. É fato que a manutenção do padrão de corte militar é uma exigência permanente, de modo que a existência de uma barbearia no interior das organizações militares assegura maior praticidade, qualidade e uniformidade no atendimento. Além disso, o comércio do entorno nem sempre garante horários acessíveis ou a padronização esperada para o corte militar, o que reforça a necessidade do serviço interno.

2.6. A forma de contratação proposta é através da Cessão Onerosa de Uso, a qual consiste em um contrato administrativo em que o poder público atribui a utilização exclusiva de um bem de seu domínio a particulares, para que o explore segundo a sua destinação específica. Tal forma encontra amparo na alínea "f", inciso I, do artigo 76, da Lei nº 14.133, bem como no disposto na Lei nº 6.120/74.

2.7. A cessão deverá ser onerosa, visando buscar o melhor preço para o usuário final, em consonância com o Parecer nº 01/2016/CNU-DecorCGU/AGU, de 22 de junho de 2016, conforme segue:

2.8. Na cessão de uso de imóvel administrado pela União, para fins de prestação de serviços comuns em favor de servidores públicos e administrados, é obrigatória a modalidade licitatória pregão, preferencialmente eletrônico, tendo em vista que estes são o verdadeiro objeto contratual. Caso constatada a inviabilidade da forma eletrônica, deverá ser utilizada, excepcionalmente, a forma presencial, desde que por ato fundamentado em justificativas concretas e detalhadas.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.2. A contratada observará as legislações e normas de vigilância sanitária aplicáveis a centros de embelezamento e estética, garantindo a assepsia de materiais e o uso de descartáveis.

4.3. A contratada deve atender, no que couber, as diretrizes de sustentabilidade prevista na Instrução, autárquica e fundacional, quando aos critérios ambientais, considerando os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias-primas.

4.4. A CESSIONÁRIA deverá cumprir os critérios de sustentabilidade ambiental registrados no art. 6º da IN STLI/MP nº 1/2010, em especial:

4.5. Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

4.6. Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003; Observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

- 4.7. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
- 4.8. Orientar seus empregados quanto à separação consciente do lixo, para reciclagem; e
- 4.9. Respeitar as Normas Brasileiras (NBR) publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

Subcontratação

- 4.10. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

- 4.11. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

- 4.12. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível.
- 4.13. Para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim.
- 4.15. De segunda a quinta-feira de 09:00hs às 11:30hs e de 13:30 às 16:00, e nas sextas-feiras de 08:00 às 11:30, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelos e-mail: almox. 4gac@gmail.com e comprascavalaria@hotmail.com.
- 4.16. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.
- 4.17. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 4.18. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 4.19. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.
- 4.19.1. A entrega do imóvel ao CESSIONÁRIO será obrigatoriamente precedida de um Laudo de Vistoria de Entrega detalhado, registrando o estado das instalações. Ao término da cessão, será realizado um Laudo de Vistoria de Devolução para garantir que o bem seja restituído nas mesmas condições, ressalvado o desgaste natural, sob pena de responsabilização do particular.
- 4.20. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão da licitação ou da contratação, a partir da apresentação da proposta no certame, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 4.21. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 4.22. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 4.23. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
- 4.24. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 4.25.. É dever do Contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 4.26. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 4.27. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 4.28. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 4.29. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

- 4.30. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
- 4.31. O presente instrumento está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
- 4.32. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

- 5.1. Início da execução do serviço: 05 (cinco) úteis dias da assinatura do contrato;
- 5.2. **TABELA DE SERVIÇOS MÍNIMOS:** A Cessionária obriga-se a prestar, no mínimo, o serviço listados na tabela abaixo, não podendo cobrar dos usuários valores superiores ao preço estimado, os quais foram definidos pela Administração com base em pesquisa de mercado para garantir o atendimento satisfatório e acessível ao público-alvo.

ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS	CATSER	UNIDADE	VALOS ESTIMADO
Corte (Máquina e Tesoura) para Oficiais, Sargentos, cabos e soldados com acabamento (pezinho) feito por máquina própria para acabamento ou navalha. O corte será feito conforme o Art. 235 (Seção I) do Regulamento de Uniformes do Exército (RUE / EB 1-R-12.004).	16497	Sv	R\$28,00

- 5.3. Serviço de barbearia, oferecendo cortes em conformidade como padrões estabelecidos no RUE (Regulamentos de Uniformes do Exército) para Oficiais e Praças do 4º GAC L Mth e do 4ºESQD.
- 5.3.1. O horário de funcionamento da atividade de apoio poderá sofrer alterações de acordo com a necessidade estabelecida pelo 4º GAC L Mth e 4º ESQD, desde que previamente acordada entre as partes.
- 5.4. Após os procedimentos licitatórios, será firmado contrato entre o Comando da 4ª Brigada de Infantaria Leve de Montanha, Unidade Gerenciadora do 4º GAC L Mth e 4ºESQD e a Contratada para Cessão de Uso, para a exploração comercial de serviços de Barbearia.
- 5.5. A Contratada utilizará a área cedida exclusivamente para a finalidade definida neste Termo de Referência, vedada a utilização para outros fins senão ao que se destina.
- 5.6. A Contratada terá como carência o prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da assinatura do contrato, para iniciar a utilização e a prestação de serviços aos militares e civis do 4º GAC L Mth e 4ºESQD..
- 5.7. A Contratada não poderá encerrar ou deixar de realizar o atendimento aos militares e civis sem a prévia autorização da Contratante.
- 5.8. Os serviços deverão ser prestados de forma continuada, abrangendo a instalação, abastecimento, com fornecimento de todos os insumos.
- 5.9. As adequações e instalações elétricas e hidráulicas necessárias à exploração do ramo da atividade deverão ser realizadas pela(o) contratada, ficando vedada a realização de qualquer obra de adequação do espaço físico a ser utilizado sem a devida aprovação prévia do órgão.
- 5.10. Ao término do contrato, a Contratada deverá realizar a retirada dos materiais, mobiliários, maquinários e equipamentos no prazo de 15 (quinze) dias corridos.

Local e horário da prestação dos serviços:

- 5.11.Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 5100, CEP: 36.087-100 - Nova Era, Juiz de Fora - MG, jurisdicionado ao Exército Brasileiro sob cadastro NOCAD MG 04-0065 e na Rua 15 de Fevereiro, nº1388 – Bairro: São Sebastião, Santos Dumont, MG sob código MG 04-0100
- 5.12. Os serviços serão prestados no seguinte horário: De segunda a quinta-feira de 7h às 18h e sexta-feira de 7h às 13h.

Materiais a serem disponibilizados:

- 5.13. Para a perfeita execução dos serviços de barbearia, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidade e qualidade adequadas, promovendo sua reposição sempre que necessário.
- 5.14. Todos os materiais de higiene, esterilização e descarte (tais como luvas descartáveis, toalhas, capas de proteção, lâminas, navalhas, tesouras, pentes, máquinas de corte e produtos de assepsia), bem como os Equipamentos de Proteção Individual (EPI)

destinados aos profissionais, em conformidade com as normas sanitárias e de segurança vigentes.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta:

5.15. A demanda do 4º GAC tem como base as características pormenorizadas no Laudo de Avaliação nº 01-2025 – Cmdo 4ª RM.

5.16. A demanda do 4º ESQD tem como base as características pormenorizadas no Laudo de Avaliação nº 05-2025 – Cmdo 4ª RM. Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.17. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Pagamento da taxa de ocupação no rateio de despesas:

5.18. Pela ocupação será cobrado o maior valor ofertado pela utilização do espaço (taxa de ocupação).

5.19. A Contratada também deverá participar, de maneira proporcional, no rateio das despesas com energia elétrica, água/esgoto.

5.20. O CESSIONÁRIO deverá reembolsar mensalmente à Administração os custos com energia elétrica e água/esgoto. Caso a medição individualizada seja inviável de imediato, o reembolso será feito com base em cálculo técnico proporcional à carga instalada e histórico de consumo, conforme estimativa constante neste processo, visando evitar subsídio indevido pelo Poder Público.

5.21. Os valores referentes ao rateio das despesas com água/esgoto só serão devidos no caso de a Contratada instalar e manter em funcionamento máquinas de autoatendimento que demandem serviços hidráulicos.

5.22. Os valores referentes ao rateio das despesas serão aferidos e repassados mensalmente pela Contratante.

5.23. O pagamento será efetuado pela Contratada no prazo de até o 5º quinto dia útil do mês subsequente ao mês de referência, via Guia de Recolhimento da União – GRU.

5.24. Conforme o inciso VII do art. 11 da Instrução Normativa SPU/ME nº 87/2020, a previsão de acréscimos para as parcelas não pagas até a data do vencimento será:

5.25. multa de mora, calculada à taxa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento), por dia de atraso, até o limite de 20% (vinte por cento); e

5.26. juros de mora equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, acumulada mensalmente, do primeiro dia do mês posterior ao vencimento até o mês anterior ao efetivo pagamento, acrescida de 1% (um por cento) relativo ao mês do pagamento.

5.27. No caso de inadimplemento por prazo superior a 90 (noventa) dias consecutivos ou em até um período de 6 (seis) meses intercalados, acarretará em rescisão contratual. Cálculo para rateio das despesas:

5.28. Além da taxa de ocupação, a Cessionária deverá participar, de maneira proporcional, no rateio das despesas com energia elétrica, água /esgoto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. O regime de execução do contrato será o de empreitada por preço unitário, conforme o Art. 6º, inciso XXVIII, da Lei nº 14.133/21.

6.3. O presente contrato poderá ser rescindido, sem aplicação de multa, por aviso formal e por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias autorização prévia por escrito da outra;

6.4. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.5. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.6. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.7. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.8. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.9 A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.10. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica.

6.11. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.12. O fiscal técnico do contrato anotarà no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.13. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.14. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.15. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.16. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

6.17. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.18. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

6.19. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.20. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.21. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotarà os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.22. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.23. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.24. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.25. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. O regime de execução do contrato será o de empreitada por preço unitário, conforme o Art. 6º, inciso XXVIII, da Lei nº 14.133/21.

7.3. O presente contrato poderá ser rescindido, sem aplicação de multa, por aviso formal e por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias autorização prévia por escrito da outra;

7.4. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.5. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.6. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.7. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa

contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

7.8. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

7.9. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

7.10. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

7.11. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

7.12. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

7.13. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

7.14. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

7.15. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

7.16. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

7.17. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.18. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

7.19. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

7.20. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

7.21. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

7.22. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

7.23. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

7.24. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

7.25. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e
- 8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

- 8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.
- 8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- 8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.
- 8.12.1. . As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.
- 8.15. Em caso de atraso no pagamento da Taxa de Ocupação ou dos rateios de despesas, os valores serão atualizados monetariamente e acrescidos de **multa moratória de 0,33% por dia de atraso**, até o limite de 20%, além de juros de mora, conforme a legislação de regência dos bens da União (IN SPU/ME nº 87/2020).

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MAIOR PREÇO.
- 9.1.1. A adoção do critério de julgamento 'Maior Desconto' no sistema Compras.gov.br justifica-se por uma limitação técnica e operacional do portal, que não dispõe de funcionalidade nativa para o critério 'Maior Preço' em processos de cessão de uso onerosa (contratos de receita)
- 9.2. O percentual de desconto (D) será o critério adotado para a classificação e julgamento das propostas no COMPRAS GOV que, considerando - se a fórmula abaixo explicitada, indicará quantas vezes o licitante se propõe a pagar pela cessão de uso da área objeto da licitação: $TU = (D \times R\$ 1.000,00) \times 100$ Sendo: TU = Taxa de Utilização (6 / 100) I = 365 D = Percentual de Desconto ofertado
- 9.4. Nesse sentido, o valor da proposta do item 1 do licitante deverá ser de no mínimo R\$ 500,62 (quinhentos reais e sessenta e dois centavos), que aplicada a fórmula acima representa um lance de desconto de 0,50062% e para o item 2 deverá ser de no mínimo R\$199,40 (cento e noventa reais e nove e quarenta centavos), que, aplicada a fórmula acima representa um lance de desconto de 0,19940%.
- 9.5. Ao aplicar-se a fórmula, o licitante poderá, a partir taxa de utilização (TU), calcular Lance relativo ao Percentual de Desconto (D) a ser registrado no sistema eletrônico COMPRAS. GOV.
- 9.6. A taxa de utilização (TU) estimada para a cessão é de R\$ 500,62 (quinhentos reais e sessenta e dois centavos) mensais, que corresponde ao percentual mínimo de desconto aceitável de 0,50062% para o item 1 e R\$199,40 (cento e noventa reais e nove e quarenta centavos) mensais, que corresponde ao percentual mínimo de desconto aceitável de 0,19940% para o item 2.
- 9.7. Ao aplicar-se a fórmula, o licitante poderá, a partir Taxa de Utilização (TU) que deseja ofertar, calcular o Lance relativo ao Percentual de Desconto (D) a ser registrado no sistema eletrônico COMPRASNET.
- 9.8. Na tabela abaixo estão alguns exemplos de descontos que podem ser cadastrados no sistema Compras Governamentais e seu respectivo valor de proposta para a cessão mensal :

Desconto no Sistema (%)	Valor Mensal Proposto (R\$)
0,40%	R\$ 400,00
0,50%	R\$ 500,00

0,60%	R\$ 600,00
0,70%	R\$ 700,00
0,80%	R\$ 800,00
1,00%	R\$ 1.000,00
1,50%	R\$ 1.500,00
1,75%	R\$ 1.750,00
2,00%	R\$ 2.000,00
2,50%	R\$ 2.500,00
3,00%	R\$ 3.000,00
3,50%	R\$ 3.500,00
4,00%	R\$ 4.000,00
10,00%	R\$ 10.000,00
20,00%	R\$ 20.000,00
50,00%	R\$ 50.000,00

Regime de Execução

9.10. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço unitário.

Exigências de habilitação

9.11. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.12. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.13. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.14. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.15. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.16. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.17. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.18. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.19. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.20. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.21. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.22. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.23. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.24. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.25. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.26. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.27. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.28. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.29. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.30. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.31. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.32. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis *do último exercício social*, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$\begin{array}{rcl}
 & & \text{Ativo Total} \\
 \text{SG} = & & \hline
 & & \text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante} \\
 \\
 & & \text{Ativo Circulante} \\
 \text{LC} = & & \hline
 & & \text{Passivo Circulante}
 \end{array}$$

9.33. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo 10% do valor total estimado da contratação.

9.34. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.35. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. Valor (R\$): 700,02 (mensal)

Valor (R\$): 8.400,24 (anual)

10.2. O custo estimado mensal da contratação é de R\$ 700,02 (setecentos reais e dois centavos) e o custo estimado anual da contratação é de R\$ 8.400,24 (oito mil e quatrocentos e vinte e quatro reais).

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. Por se tratar de cessão onerosa de uso, o presente contrato não importará em desembolso de recursos, razão pela qual não há indicação do preço e da dotação orçamentária e pagamentos a serem realizados pelo Órgão.

11.2. Para a execução dos serviços objeto do presente contrato, inclusive durante eventuais prorrogações da vigência, não haverá despesa para a União, não havendo, portanto, programação de pagamento em dotação orçamentária.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas

Juiz de Fora, 29 de abril de 2026

13. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ROMULO DE SOUZA RODRIGUES DOS SANTOS
Chefe da Equipe de Planejamento e Contratação do 4º GAC L Mth.

VICTOR HUGO BENHAME SALES
Fiscal Administrativo do 4º GAC L Mth

ADRIAM DA SILVA CANELLO
Chefe da Equipe de Planejamento e Contratação do 4º ESQD.